



Documento padrão para submissão de trabalhos ao XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

***News Frames* no Jornalismo Político Brasileiro: Análise de enquadramento da cobertura do escândalo dos Sanguessugas¹**

Plínio Marcos Volponi Leal²

Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/Unesp)

Resumo

Este trabalho analisa a cobertura feita pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo sobre o caso dos Sanguessugas, um escândalo de corrupção na venda superfaturada de ambulâncias ocorrido em 2006. À luz do conceito do enquadramento, as expressões, termos, ironias e metáforas foram destacadas e analisadas para a verificação do enquadramento noticioso (*news frame*) utilizado por cada um dos veículos impressos. O estudo concluiu que ambos os jornais, apesar de concorrentes, apresentaram um enquadramento semelhante na cobertura jornalística do evento durante o período analisado. Como há pouca bibliografia em português sobre a análise de enquadramento, este estudo também procurou explorar a gênese do conceito e fez uma pesquisa exploratória sobre sua trajetória a partir de sua criação.

Palavras-chave

Jornalismo – aspectos políticos; Enquadramento noticioso (Comunicação); News frames; Framing; Comissões parlamentares de inquérito – caso sanguessugas.

Introdução

Os dois últimos anos do primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva ficaram marcados pela série de denúncias de corrupção. Várias foram as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) criadas para investigar irregularidades e falta de decoro parlamentar. Dentre as mais importantes desse período estão: CPI dos Bingos, CPI do Tráfico de Armas, CPI dos Correios, CPI do Mensalão e a CPI dos Sanguessugas.

¹ Trabalho apresentado no VII NP-Intercom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação.

² É graduado em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (2006). Atualmente é mestrando em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação da FAAC/Unesp. Durante a graduação, estudou na *Utah State University*, possível por meio do Programa de Graduação Sanduíche da CAPES.



A CPI dos Sanguessugas se destaca entre as outras pelo suposto número de parlamentares envolvidos. Cerca de um quinto do Congresso foi acusado de estar de alguma forma ligado ao esquema, ou seja, ligados à fraude em emendas parlamentares para a compra superfaturada de ambulâncias. A Planam, conhecida como a empresa-mãe do esquema, fraudava as licitações e vendia as ambulâncias superfaturadas para prefeituras do país, pagas com dinheiro da União. As fraudes atingiram pelo menos 493 cidades em 22 estados brasileiros.

À luz do conceito do enquadramento noticioso, este estudo faz uma análise de como dois jornais impressos, O Estado de S. Paulo (OESP) e na Folha de S. Paulo (FSP), cobriram o caso dos Sanguessugas, durante o período de 15 a 30 de julho de 2006. Buscou-se categorizar e quantificar os enquadramentos noticiosos criados a partir desses dois jornais impressos de grande circulação. Por fim, são comparados os enquadramentos de ambas as coberturas jornalísticas com o objetivo de aprofundar a identificação de suas características, deixando em evidência suas semelhanças e diferenças.

Por ser uma abordagem recentemente utilizada no Brasil e havendo limitada bibliografia em português sobre o tema, este estudo buscou uma reconstrução da análise do enquadramento noticioso em sua gênese, em pesquisas norte-americanas. Buscou-se também esclarecer quais são as atuais preocupações relacionadas ao conceito e quais são os problemas enfrentados por ele.

Jornalismo e enquadramento noticioso

É inerente à produção jornalística a angulação e o enquadramento dos acontecimentos em notícias. Cremilda Medina (1988) elucidou como se ocorre a angulação jornalística, porém pouco é salientado quanto ao enquadramento noticioso. Park (2003) fornece uma analogia muito apropriada para entender este último:

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas já enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista. (Park, 2003, p. 145, tradução nossa)³

³ “People only see the world within the frame of the window. If the frame of the window is too small, people will see only a small part of the world. If the window is on the west wall, people will only see the west. In other words, media may show only a small part of the world from a particular point of view”



A mídia é a *moldura de uma janela* pela qual a opinião pública entrará em contato com uma parcela da realidade. Em um noticiário, por exemplo, quem constrói essa realidade e a organiza em notícias é o jornalista. Ele é o responsável por expressar um fato em palavras de forma ordenada. Em linhas gerais, essa organização de determinados termos é o próprio enquadramento, ou seja, o jornalista opta enquadrar um fato de uma determinada forma e não de outra, enfocando assim uma parte da realidade em detrimento de outra. Scheufele (1999) afirma que “a mídia constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade”. Esse enquadramento de construções imagéticas é encontrado principalmente no jornalismo que busca a reconstrução dos fatos em notícias. Segundo Koenig (2004), “em um nível muito banal, enquadramentos estruturam quais partes da realidade se tornam notícia”. Para haver uma melhor compreensão dessa concepção, é importante levar em conta o início do conceito de enquadramento noticioso.

Todd Gitlin (1980) apresenta uma síntese do conceito de enquadramento na mídia, considerada relevante para a evolução da definição do conceito:

[Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (Gitlin, 1980, p. 6-7, tradução nossa)⁴

Nesse momento, o enquadramento midiático passa a ser visto como uma tática que organiza o discurso. Mesmo que as intenções do emissor sejam inconscientes (Scheufele, 1999). O pesquisador Robert Entman apresenta uma útil definição do processo de *framing*:

Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.* (Entman, 1993, p. 52, grifos no original, tradução nossa)⁵

Segundo Porto (2002), esta definição resume os aspectos centrais do conceito, principalmente das suas aplicações na análise de conteúdo da mídia. Desta forma, fica

⁴ “[News frames are] persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual.”

⁵ “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.”



clara a percepção de que enquadramentos noticiosos são inerentes ao jornalismo. Este estudo aplica o conceito de enquadramento noticioso de Entman para a análise da cobertura do caso Sanguessugas por dois jornais impressos brasileiros: O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

Analisando os Enquadramentos Noticiosos

A amostra dos jornais refere-se ao período entre os dias 15 e 30 de julho, totalizando 15 exemplares de cada veículo. Esse período abrange os dias posteriores à prisão dos primeiros envolvidos no caso Sanguessugas e o início dos trabalhos de investigação pela CPI.

Durante os quinze dias de cobertura analisados, o caso Sanguessugas foi notícia de primeira página nos jornais em 10 dias em pelo menos um dos veículos, sendo que sete dias em ambos. No total foram 142 matérias analisadas, sendo 83 da FSP e 59 do OESP.

Após a coleta e a seleção dessas matérias, teve início a tabulação dos dados por meio da seleção de itens de observação, com o objetivo de evidenciar os enquadramentos desses itens em cada uma das coberturas. Uma ficha de observação foi criada, contendo cinco itens de observação, a saber: Categorização do Fato; Provas Apresentadas; Defesas pelos Envolvidos; Tipificação dos Envolvidos e, Consequências. Termos, expressões, metáforas, ironias e generalizações relativos a cada um desses itens de observação foram tabulados e quantificados. A partir dessa tabulação, foi possível identificar os enquadramentos utilizados pelos veículos no que se refere às cinco categorias na cobertura jornalística do caso dos Sanguessugas.

O primeiro item de observação analisado foi a *Categorização do Fato*, ou seja, a forma como os veículos classificam esse acontecimento político. Durante o período observado, foram encontrados seis sub-itens de observação referentes à classificação do acontecimento pelos jornais: “esquema”, “fraude”, “escândalo”, “operação”, “caso” e “episódio” (Tabela 1).

De acordo com os dados levantados, ambos veículos selecionados enquadram o fato de forma semelhante, sendo que em mais de 50% dos casos o termo “esquema” foi utilizado. Trata-se de uma expressão utilizada na linguagem coloquial com uma insinuação de ilegalidade, indicando um procedimento malicioso. O segundo termo mais utilizado foi o de “fraude” que reafirma a idéia de “esquema”, já que o vocábulo denota um ato desonesto praticado com a intenção de enganar, burlar, iludir ou

trapacear, transgredindo a lei ou os regulamentos. O terceiro termo, “escândalo”, também segue na mesma linha pejorativa dos dois primeiros, já que remete a um estado de revolta e indignação suscitado por um ato, reprovável ou imoral, que abala a opinião pública.

Tabela 1 – Termos utilizados para referir-se à Categorização do Fato

CATEGORIZAÇÃO DO FATO						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Esquema	93	58,86	97	51,05	190	54,60
Fraude	31	19,62	52	27,37	83	23,85
Escândalo	18	11,39	24	12,63	42	12,07
Operação	8	5,06	7	3,68	15	4,31
Caso	7	4,43	9	4,74	16	4,60
Episódio	1	0,63	1	0,53	2	0,57
TOTAL	158	100,00	190	100,00	348	100,00

Os outros termos, “operação”, “caso” e “episódio”, podem ser considerado neutros, dentro dessa narrativa na cobertura dos fatos. Desta forma, os sub-itens foram agrupados em dois grandes grupos: pejorativos e neutros (Tabela 2).

Tabela 2 – Agrupamento dos sub-itens quanto à Categorização do Fato

CATEGORIZAÇÃO DO FATO						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
PEJORATIVO	142	89,87	173	91,05	315	90,52
NEUTRO	16	10,13	17	8,95	33	9,48
TOTAL	158	100,00	190	100,00	348	100,00

Na nova tabela fica mais evidente a similaridade dos enquadramentos realizados por ambos os jornais. Os termos considerados como pejorativos neste contexto (“esquema”, “fraude” e “escândalo”) aparecem em, aproximadamente, 90% dos casos e os termos neutros (“operação”, “caso” e “episódio”) em cerca de 10% dos casos.

Um outro aspecto analisado neste estudo foi quanto às *Provas Apresentadas*, por meio das quais os meios de comunicação ofereciam evidências e provas materiais dos desvios, indicando e sustentando que a fraude ocorreu. Os jornais utilizaram muitos termos ao evidenciar as provas existentes contra os acusados (Tabela 3). Essas expressões foram agrupadas em “documentos em geral”, “depoimentos”, “gravação telefônica”, “dinheiro em espécie” e “sem provas”.

Tabela 3 – Expressões utilizadas para referir-se às Provas Apresentadas

PROVAS DO FATO						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Documentos em geral	91	42,13	57	24,26	159	34,42
Depoimentos	82	37,96	145	61,70	227	49,13
Gravação Telefônica	20	9,26	5	2,13	25	5,41
Dinheiro em Espécie	16	7,41	18	7,66	34	7,36
Sem Provas	7	3,24	10	4,26	17	3,68
TOTAL	216	100,00	235	100,00	462	100,00

Observamos que os jornais enfatizaram de modo diferente as provas existentes. O maior ponto de contraste no enquadramento de apresentação das provas é no que se refere à presença de “depoimentos”, ao qual a FSP dedicou 61,70% enquanto o OESP, 37,96%. Esse sub-item também engloba a expressão “provas testemunhais”, muito utilizada no caso dos Sanguessugas.

Outra consideração que deve ser feita é quanto aos “documentos em geral”, já que o OESP utilizou 42,13% dos termos, enquanto a FSP apenas 24,26%. Este sub-item agregou termos como “cheques”, “contas bancárias”, “registros no livro-caixa da Planam”, entre outros. Por fim, vale ressaltar o significado da característica “sem provas” que englobou termos como “indícios” e “supostas provas”, ou seja, não eram provas concretas, levando em conta uma lacuna existente nas possíveis provas.

Faz parte da ética jornalística, ao acusar com provas, ouvir a *Defesa pelos Envolvidos*. Os termos encontrados para a defesa foram: “nega ou refuta”, “acusação infundada”, “fins políticos e eleitoreiros”, “confirma algo”, “só se pronuncia mediante dados oficiais”, “se surpreende” e “fica à disposição ou tem a consciência tranquila” (Tabela 4).

Tabela 4 – Expressões utilizadas pelos envolvidos ao se defenderem das acusações

DESEFAS DO FATO POR ENVOLVIDOS						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Nega / Refuta	25	35,21	105	46,88	130	44,07
Acusação Infundada	16	22,54	53	23,66	69	23,39
Fins Políticos e Eleitoreiros	25	35,21	12	5,36	37	12,54
Confirma algo	2	2,82	27	12,05	29	9,83
Só se pronuncia mediante dados oficiais	3	4,23	8	3,57	11	3,73
Se surpreende	0	0,00	14	6,25	14	4,75
Fica à disposição / Consciência tranquila	0	0,00	5	2,23	5	1,69
TOTAL	71	100,00	224	100,00	295	100,00

Nas defesas dos acusados, observa-se que muitos “negaram ou refutaram” as acusações, levando a uma banalização das negativas. A base do Direito moderno diz que “todos são inocentes até que se prove o contrário”. No caso dos Sanguessugas, mesmo com provas concreta contra os investigados, eles continuaram negando seu envolvimento. Esse ponto foi bastante exposto pelos jornais, principalmente pela FSP com 46,88% dos casos, contra 35,21% do OESP.

Por outro lado, a FSP foi também o veículo que apresentou a maior porcentagem de “confirmações” *não comprometedoras* pelos envolvidos, 12,05% contra 2,82% do OESP. Foi possível perceber também que o OESP apresentou mais defesas quanto à “fins políticos e eleitoreiros”, 35,21% contra 5,36% da FSP. Este sub-item englobou termos como “perseguição política” e “manobra política”.

A maneira como foi enquadrado esse item de observação é relevante, pois aponta diferentes versões de como os envolvidos se defendem das provas apresentadas contra eles. Porcentualmente, seria de se esperar que os veículos apresentassem enquadramentos semelhantes, já que os envolvidos são os mesmos e as respostas são semelhantes. Contudo, não foi o que ocorreu, revelando exatamente a essência do enquadramento, que pode ser observada diferencialmente no noticiário. Pode-se observar, por exemplo, que o OESP preferiu enfatizar a questão de “fins políticos e eleitoreiros”, provavelmente tendo em vista a proximidade das eleições de 2006 para Presidente da República, Governadores e Deputados.

No total, foram mais de 120 pessoas envolvidas no caso dos Sanguessugas. Desta forma, os jornais enquadraram os *Envolvidos* de modo diferente, tanto coletivamente como individualmente. Este estudo procurou ressaltar quais foram os enquadramentos utilizados e quantificá-los (Tabela 5).

A metáfora “sanguessuga” para descrever os envolvidos foi criada pela Polícia Federal ao iniciar as investigações no caso, sob o codinome de “Operação Sanguessugas”. Foi usada muito mais pela FSP do que pelo OESP. Faz parte do imaginário da opinião pública que “sanguessuga” é um animal formado por anéis curtos que sugam o sangue de outros indivíduos. Figurativamente, o termo significa “pessoa exploradora”, passando a idéia de que os acusados sugaram o dinheiro público. Esse acúmulo de riquezas pode ser também observado nos termos “beneficiados” e “enriquecem”, frequentes nas matérias, que reforçam essa idéia de exploração e enriquecimento.

Um outro termo muito utilizado por ambos os jornais foi “máfia”. Denotativamente, é uma organização ou grupo de pessoas cuja atividade é ilícita ou criminosa. Quando os

veículos utilizam este vocábulo, eles enquadram os envolvidos como criminosos ou bandidos, indicando subjetivamente que os acusados são de fato culpados. Com enquadramento semelhante, o vocábulo “quadrilha” também expressa um grupo de organização criminosa. Juridicamente, a expressão “formação de quadrilha” é aplicada a um grupo de pessoas que se reúnem para planejar um delito e concretiza a convergência de vontades, independente da realização posterior do fato. Porém, o termo “quadrilha” na cobertura jornalística adquire um sentido pejorativo, enfatizando também a idéia de um grupo de malfeitores, assaltantes ou criminosos.

Tabela 5 – Expressões utilizadas para referir-se aos envolvidos no caso

TIPIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS			
Veículo	OESP	FSP	TOTAL
	N	N	N
Sanguessugas	94	138	232
Máfia / Criminosos	55	77	132
Quadrilha	10	78	88
Integrantes	6	10	16
Grupo	1	5	6
Envolvidos	50	91	141
Acusados	44	52	96
Suspeitos / Não-culpados	21	46	67
Investigados / Sob-Investigação	17	52	69
Culpado	1	1	2
Enriquecem	72	89	161
Beneficiários / Beneficiado(s)	28	38	66
Congressista(s) / Parlamentar(es)	338	444	782
Ex-Parlamentares / Ex-Congressistas	64	101	165
Todo político é passível de corrupção	40	26	66
Evangélicos / Bancada Evangélica	6	18	24
Luis Antonio Trevisan Vedoin / Empresário	191	236	427
LA como Líder da quadrilha / Empresário do Esquema	6	17	23
Darci Vedoin / Empresário	43	97	140
DV como Líder da quadrilha/ Empresário do Esquema	1	5	6
Os Vedoin / Empresários / Família Vedoin	23	47	70
Líderes da quadrilha / Empresários do Esquema	4	7	11
Planam (principal empresa do esquema)	82	108	190
Outras empresas	42	60	102
Outras pessoas não políticas	24	64	88
Intermediários / Terceiros	87	118	205
TOTAL	1350	2025	3375

Esse grupo, porém, não agia sozinho, como mostra o sub-item “intermediários e terceiros”. Ambos os jornais deram uma grande ênfase para o envolvimento de parentes, assessores e familiares dos políticos. O uso desse enquadramento mostra que ou essas

peessoas foram intencionalmente envolvidas para se beneficiarem da “fatia do bolo” ou eram “laranjas” - expressão usada para indicar que inocentes ou indiretamente envolvidos davam seu nome para que outra pessoa cometesse o crime, recebendo o benefício.

A maior frequência de termos diz respeito aos políticos e parlamentares suspeitos. Foram 847 aparições, somando-se os enquadramentos de “Congressistas / Parlamentares” e “Ex-Parlamentares / Ex-Congressistas”. Tal número reflete que os veículos os trataram de forma neutra. Contudo, mesmo tratando-os com neutralidade, os jornais criaram narrativas em que o leitor facilmente associa os parlamentares com a atividade criminosa ou com a grande probabilidade de eles serem culpados.

Os jornais, aproveitando-se dessa construção narrativa, contradisseram o senso comum de que pessoas religiosas são idôneas e dificilmente cometeriam crime. Tanto a Folha como o Estado usaram o enquadramento “evangélicos” para indicar que até as pessoas religiosas estão envolvidas.

Os termos foram reagrupados em duas categorias: neutros ou pejorativos (Tabela 6), já que não houve nenhuma presença de termos positivos.

Tabela 6 – Agrupamento das expressões quanto à Tipificação dos Envolvidos em termos pejorativos e neutros

TIPIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
PEJORATIVO	311	23,04	476	23,51	787	23,32
NEUTRO	1039	76,96	1549	76,49	2588	76,68
TOTAL	1350	100,00	2025	100,00	3375	100,00

Ambos os jornais tiveram enquadramentos percentualmente semelhantes no que diz respeito a termos pejorativos e neutros quanto aos envolvidos no evento. Observa-se que os termos neutros foram muito mais utilizados do que os termos pejorativos, respectivamente numa relação cerca de 3 pra 1. É importante ressaltar que apesar do grande número de termos neutros, estes eram freqüentemente associados com outras palavras negativas, criando um cenário não-neutro. Por exemplo, ao citar na matéria Luis Antonio Vedoin, os jornalistas comumente utilizaram um aposto depois do nome dele para indicar que ele era “líder da quadrilha” ou o “empresário do esquema”. E, a partir de então, no restante da matéria, as referências à essa pessoa era apenas “empresário” ou “Vedoin”. Desta forma, apesar dessas palavras serem neutras, no

contexto narrativo elas são associadas não à apenas um empresário qualquer, mas ao “empresário do esquema”. Até mesmo a referência “Vedoin” pode torna-se não-neutra, devido às circunstâncias.

Com vários congressistas envolvidos no caso, é certo que os veículos apontariam *Consequências* quanto ao fato (Tabela 7). Foram quatro principais consequências abordadas: a “impunidade”, tanto historicamente em outros processos de corrupção política quanto à possível não-punição dos envolvidos no caso dos Sanguessugas; a “relação com o período eleitoral e o Novo Congresso pós-eleição”; o “racha (ou desentendimento) entre os membros da CPI”, no que se refere à tensão político-partidária existente na Comissão Parlamentar; e, por fim, o “relatório” da CPI.

Tabela 7 – Expressões utilizadas para referir-se às Consequências do caso

CONSEQUENCIAS DO FATO						
Veículo	OESP		FSP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Impunidade / Não-punição	101	51,53	75	49,67	176	50,72
Relação com o período eleitoral	14	7,14	23	15,23	37	10,66
Pós-eleitores / Novo Congresso	30	15,31	6	3,97	36	10,37
Racha entre membros da CPI	17	8,67	16	10,60	33	9,51
Relatório Parcial / numero inferior	27	13,78	23	15,23	50	14,41
Relatório só depois das eleições	6	3,06	8	5,30	14	4,03
Relatório Imediato	1	0,51	0	0,00	1	0,29
TOTAL	196	100,00	151	100,00	347	100,00

Os jornais também enquadraram de modo semelhante esse item de observação. Houve uma referência muito frequente à impunidade do caso dos Sanguessugas ou à impunidade de outras ocorrências históricas de corrupção como a dos Anões do Orçamento e o Mensalão. A impunidade corresponde a cerca de metade das referências a consequências do escândalo em ambos os jornais.

O ponto em que os veículos divergem é quanto ao momento dos possíveis impactos causados pelo caso Sanguessugas. O OESP faz mais referências ao período de pós-eleição e das preocupações com a próxima legislatura do que com relação ao período eleitoral, 15,31% e 7,14% na FSP respectivamente. Por outro lado, a FSP deu mais destaque para o período eleitoral ao invés do período pós-eleitoral, 15,23% e 3,97% respectivamente.

Discussão



Ambos os jornais, O Estado de S. Paulo (OESP) e a Folha de S. Paulo (FSP), adotaram enquadramentos muito semelhantes quanto ao Caso dos Sanguessugas nas 142 matérias analisadas, 59 do OESP e 83 da FSP. Pode-se afirmar que a FSP agendou mais o tema, tanto em termos de quantidade de matérias destinadas ao assunto, como também pelo o espaço físico (centimetragem) dedicado ao assunto. No total foram 48.137,63 centímetros quadrados (cm²) dedicados ao assunto durante a quinzena analisada, sendo que 28.351,12 cm² da FSP contra 19.786,51 cm² do OESP.

Apesar de serem jornais concorrentes e das poucas ressalvas que foram feitas, a semelhança dos enquadramentos no Caso dos Sanguessugas pelo OESP e pela FSP mostra um equilíbrio. Esse resultado traz um indicativo de ponderação da cobertura pela mídia ou, possivelmente, de uma cultura de enquadramentos noticiosos que existe em grandes veículos de comunicação. Isso deixa evidente que tanto o OESP e a FSP se portaram ou se mantiveram cautelosos ou contra as atitudes ali retratadas.

Em todo o conteúdo analisado, não houve termos positivos quanto aos cinco observados: Categorização do Fato; Provas Apresentadas; Defesas pelos Envolvidos; Tipificação dos Envolvidos; e, Conseqüências. Todos os termos que se referiam a essas categorias eram de caráter neutro ou pejorativo, caracterizando um enquadramento de censura ou de expectativa em relação aos episódios.

Durante o período analisado, a cobertura ficou bastante focada em como o esquema ocorreu, no suposto envolvimento de pessoas públicas, nas provas e nas defesas feitas pelos envolvidos e, um foco final, no enriquecimento dos políticos. Fica claro que a regra básica do jornalismo foi seguida. As perguntas “Quem?”, “O que?”, “Quando?”, “Como?”, “Onde?”, “Porque?” foram respondidas e a finalidade do jornalismo parece garantida quanto a este prisma. Porém, pouco ou quase nada foi dito sobre quais as razões eventos de corrupção ocorrem no Brasil, como a população pode ou deveria agir contra esse sistema ou, ainda, quais são as falhas da atual legislatura política brasileira. Os jornais poderiam ter tomado atitudes distintas, contudo optaram por ter um enquadramento similar no que se refere ao caso Sanguessugas, evitando, inclusive esse tipo de análise.

O conceito de enquadramento noticioso oferece uma sólida alternativa para algumas abordagens em declínio e contribui para superar algumas lacunas das teorias existentes. Assim, este trabalho revelou a adequação do enquadramento para analisar os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo na cobertura do caso dos Sanguessugas.



Referências bibliográficas

CARRAGEE, K.; ROEFS, W. The neglect of power in recent framing research. **Journal of Communication**, New York, v. 54, n.2, p. 214-233, jun. 2004.

COLLING, L. Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 17, 2002.

D'ANGELO, P.; CALDERONE, M.; TERRITOLA, A. Strategy and issue framing: an exploratory analysis of topics and frames in campaign 2004 print news. **Atlantic Journal of Communication**, Madison, v. 13, n.4, p. 199–219, 2005.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

_____. Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the KAL and Iran air incidents. **Journal of Communication**, New York, v. 41, n. 4, 1991.

FISHER, K. Locating frames in the discursive universe. **Sociological Research Online**, v. 2, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/3/4.html>>. Acesso em: set. 2006

GAMSON, W. A. Goffman's legacy to political sociology. **Journal Theory and Society**, Dordrecht, v. 14, n. 5, p. 605-622, set. 1985.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media and the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California, 1980.

KOENIG, T. **On frame and framing**: anti-semitism as free speech: a case study. In: ENCONTRO ANUAL DO IAMCR, jul. 2004, Porto Alegre, RS.

KOSICKI, G. M. Problems and opportunities in agenda-setting research. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 2, p. 100-127, 1993.

LIMA, V. A. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 2003.

MCLEOD, D. M.; DETENBER, B. H. Framing effects of television news coverage of social protest. **Journal of Communication**, New York, v. 49, n. 3, p. 3-23, 1999.



MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

PARK, J. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. **International Journal for Communication Studies**, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

_____. **Interpretando o mundo da política**: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, 1999, Caxambu, MG.

_____. **A TV e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002**: a influência do horário eleitoral e do Jornal Nacional na decisão de voto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP. 4., 2002, Rio de Janeiro.

SCHEUFELE, D.A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, New York, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SOARES, M. C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.